

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO**  
**COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

**ATA DE REUNIÃO VIRTUAL**

Aos 16 de setembro de 2020, pela plataforma Google Meet reuniram os integrantes da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (TRT Maranhão), indicados nominalmente pela Portaria 324/2020, sendo os trabalhos secretariados pela chefe do Setor de Comunicação Social, EDVÂNIA KÁTIA SOUSA SILVA, que primeiro lista os integrantes da Comissão e após passa a relatar a reunião:

Integram a referida Comissão MANOEL JOAQUIM NETO, Juiz Auxiliar da Presidência (COORDENADOR); MANOEL PEDRO OLIVEIRA CASTRO NETO, Diretor-Geral (COORDENADOR SUBSTITUTO); EDMUNDO MENDES CARVALHO JÚNIOR, Secretário de Administração; MARCOS PIRES COSTA, Coordenador de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa; LUCIANA CRISTINA GEHLEN, Coordenadora de Material e Logística; MANOEL RICARDO BECKMAN DE JESUS, Chefe do Setor de Engenharia; RAIMUNDO NONATO MONTEIRO FILHO, lotado na Secretaria de Administração - Apoio de Aquisições Públicas; DANIEL LEITE GUIMARÃES, Chefe do Setor Socioambiental (SECRETÁRIO); MARILDA AMORIM PEREIRA DE SOUSA, Chefe do Setor de Saúde; EDVANIA KÁTIA SOUSA SILVA, Chefe do Setor de Comunicação Social (SECRETÁRIA SUBSTITUTA); CARLOS CÉSAR PINTO REIS, Secretário-Geral da Presidência, indicado pela Presidência. II – SUPLENTE: ELLEN CRISTIANE BARRETO DA SILVA GRANGEIRO, Assessora Administrativa da Presidência; FERNANDA CRISTINA MUNIZ MARQUES, Assessora da Diretoria-Geral; ANA CÉLIA FERREIRA MENDES, Técnico Judiciário, Área Administrativa, lotada na Secretaria de Administração; ALINE CRISTINA SALES LOBATO, Técnico Judiciário, Área Administrativa, lotada na Coordenadoria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa; WAGNER CAMPOS SANTOS, Analista Judiciário, Área Administrativa, lotado na Coordenadoria de Material e Logística; NIKOLE MELO DE MENDONÇA, servidora municipal requisitada, lotada no Setor de Engenharia; MARIA LÍDIA BORGES DE SOUSA, Técnico Judiciário, Área Administrativa, lotada na Secretaria de Administração - Apoio de Aquisições Públicas; ADRIANO SOARES ALVES, Analista Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Medicina, lotado no Setor de Saúde; GISELIA CASTRO SILVA, Técnico Judiciário, Área Administrativa, lotada no Setor de Ouvidoria; ANA CLÁUDIA DOS SANTOS JACINTO RIBEIRO BARROS, Analista Judiciário, Área Judiciária, lotada no Gabinete da Presidência.

**Participaram da reunião** MANOEL JOAQUIM NETO, MANOEL PEDRO OLIVEIRA CASTRO NETO, MARCOS PIRES COSTA, LUCIANA CRISTINA GEHLEN, Coordenadora de Material e Logística; NIKOLE MELO DE MENDONÇA, representando o Setor de Engenharia em função da ausência justificada de MANOEL RICARDO BECKMAN DE JESUS, DANIEL LEITE

GUIMARÃES; EDVANIA KATIA SOUSA SILVA. A suplente FERNANDA CRISTINA MUNIZ MARQUES, Assessora da Diretoria-Geral também participou.

A abertura foi feita pelo Juiz Auxiliar da Presidência, MANOEL JOAQUIM NETO. Em seguida, passou a palavra ao chefe do Setor Socioambiental, DANIEL LEITE GUIMARÃES, que passou a apresentar o Relatório de Acompanhamento do PLS 2016/2021 do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região. DANIEL GUIMARÃES iniciou explicando a constituição da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável do TRT 16. Fez uma retrospectiva para lembrar que foi a partir da Resolução 201/2015 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que foram criados nos Tribunais os setores socioambientais e instituídos os Planos de Logística Sustentável. Disse que a Resolução 201/2015 do CNJ foi implementada no TRT 16 por meio do ATO G.P. Nº 02/2015, que criou o Setor de Gestão Sociambiental e determinou a implantação do Plano de Logística Sustentável do TRT 16. Disse que o PSL-TRT 16 é plurianual, tendo sido elaborado para 2016-2020 e que deve ser acompanhado semestralmente e anualmente, por meio de relatórios. Informou que são aproximadamente 100 metas a serem observadas, mas o CNJ sugeriu que fossem acompanhadas as mais próximas da realidade dos Tribunais e que no caso do TRT 16 foram escolhidas 15 metas para acompanhamento, razão pela qual a reunião foi convocada. Explicou que o encaminhamento é que se o PSL TRT 16 elaborado pelo Setor Socioambiental em conjunto com o Comitê de Gestão Ambiental for aprovado na reunião, será posteriormente encaminhado para a Presidência, e, em sendo aprovado é disponibilizado no site do Tribunal. Em seguida listou os nomes dos integrantes da Comissão e apresentou as bases legais que integram o Plano.

O Secretário Daniel Guimarães começou então a apresentar o RELATÓRIO.

Explicou o Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) como sendo um indicador, que tem por objetivo avaliar em uma única dimensão, o resultado combinado de vários indicadores do PLS, com o objetivo de permitir uma comparação no desempenho entre os tribunais. Informou que o valor das despesas que compõem os indicadores apresentados são encaminhados pelos fiscais dos contratos ao Setor de Gestão Socioambiental, e que são lançadas em dois Sistemas de Informação: CNJ Cooperativo do CNJ e RESSOA, do Ministério do Meio Ambiente.

Mostrou que a economia total acumulada nos seis primeiros meses de 2020 com o atendimento das metas retromencionadas foi de R\$ 765 mil reais e explicou que a pandemia do Coronavírus influenciou nos resultados.

A primeira variável apresentada foi o CONSUMO DE PAPEL, cuja meta é reduzir o consumo de papel em 5%, anualmente. Este indicador apresentou uma redução de 44% nos primeiros seis meses de 2020 em relação ao mesmo período do ano passado. Esta meta está sendo cumprida

O indicador 2 foi racionalizar o uso de COPOS DESCARTÁVEIS. Disse que também apresentou uma redução significativa da ordem de 46,3% e afirmou acreditar que essa meta será cumprida. Listou que uma das ações realizadas pelo TRT 16 para alcançar a meta é o incentivo ao uso de canecas personalizadas.

Na Meta 3 – ÁGUA ENVASADA, disse que o TRT 16 não efetua gastos com este material.

Na Meta 4 – IMPRESSÃO informou que a meta do TRT 16 é de 5% ao ano. Informou que o TRT 16 não tem resposta para essa variável de maneira semestral, podendo ser aferida apenas anualmente. Listou ações para atingir a meta como configuração de impressoras para impressão frente e verso e rascunho.

Na Meta 5 – TELEFONIA. Explicou que a meta é reduzir os gastos à base de 5% ao ano e informou que houve uma redução de 25,1% da telefonia fixa e telefonia móvel 20%. A meta está sendo cumprida. Como ações listou utilizar os meios de comunicação interna como e-mail e spark.

O diretor geral, MANOEL PEDRO OLIVEIRA CASTRO NETO, fez uma observação. Disse que não pode dar nenhum exemplo em relação à telefonia fixa. Mas que em relação à telefonia móvel, até março que o TRT tinha um custo que girava em torno de R\$ 20 e pouco mil reais. Com a nova licitação e com as orientações junto à CETIC esse valor baixou para 9 mil e poucos reais. Segundo ele, uma redução extremamente acentuada. Nós não temos nenhum reflexo em relação à pandemia. O que poderia ocorrer era um aumento diante da necessidade de comunicação via celular. DANIEL GUIMARÃES disse que esses valores foram tirados diretamente da conta e informou que vai verificar de novo.

Na Meta 6 – ENERGIA ELÉTRICA. DANIEL GUIMARÃES informou que a Diretoria Geral orientou para que seja apurado o motivo pelo qual as contas de energia elétrica não tiveram redução, tendo em vista que os magistrados e servidores estão em trabalho remoto. Informou que entrou em contato com a empresa concessionária de energia elétrica, que afirmou que o consumo está sendo medido. Explicou que a medida atual mostra que mesmo com a redução pequeno, houve uma economia de 9,2% e registrou que o TRT 16 ficou entre os seis Tribunais Regionais do Trabalho no ranking nacional do ano de 2019 no quesito ENERGIA ELETRICA E FORNECIMENTO DE ÁGUA. Destacou que foram os únicos itens de desenvolvimento socioambiental que o TRT 16 ficou entre os seis Tribunais no ranking nacional. Também como parte do plano de ação, informou que o Setor de Gestão Socioambiental que seja feito o ranking interno para motivar os gestores a colaborar. Que essa prática já está implementada quanto à energia elétrica e que a idéia é ampliar para as demais metas. Que sugestão nesse sentido já foi encaminhada à Diretoria Geral e que a Diretoria Geral já encaminhou a proposta à Presidência. Que aguarda esperando deliberação.

O diretor geral MANOEL PEDRO fez uma observação e disse que é preciso disseminar internamente essa prática. Avançou e explicou que o Tribunal tem contrato por demandas, a exemplo de São Luís, o caso do Fórum Astolfo Serra. Disse que é contratada uma determinada demanda e sendo esta utilizada ou não, o valor é pago vez que o contrato foi por demanda. Disse que está buscando solução junto à concessionária de energia elétrica para reduzir a demanda na revisão do contrato. Disse que acredita que vamos ter sucesso para um equilíbrio sustentável no fornecimento de energia elétrica.

Na Meta 7 - ÁGUA E ESGOTO – DANIEL GUIMARÃES informou que a meta é reduzir o consumo de água potável em 4% ao ano. Estamos cumprindo a meta.

No próximo PLS que já foi encaminhado para a Presidência para aprovação as metas são mais arrojadas.

Na Meta 8 – GESTÃO DE RESÍDUOS, informou que o índice relacionado aos recicláveis apresentou uma redução de 29,5% e ponderou que o ideal é que essa redução chegue a 0 de preferência.

Na Meta 9 – REFORMA. Justificou que não foi encontrado um indicador para a meta, mas no primeiro semestre deste ano foi redução de 79%

Na Meta 10 – LIMPEZA mostrou uma redução de 8,4%, gerando economia de 78 mil reais

Na Meta 11 – VIGILÂNCIA, explicou que a meta é reduzir os gastos com vigilância em 2% ao ano e que o TRT 16 apresentou uma redução de 1%.

O diretor geral MANOEL PEDRO recomendou para seja verificada a redução em relação ao serviço de vigilância. Não sei a repercussão que teve até junho.

Na Meta 12 – VEÍCULOS. A redução da rodagem de veículos foi de 61,9%, o que redundou na economia de combustível

Na Meta 13 – COMBUSTÍVEL. Informou que houve baixa de 36,7% e que é preciso implantar uma cultura de economia para que a gente continue com índices baixos

Meta 14 – QUALIDADE DE VIDA. Explicou que a meta é aumentar a adesão dos servidores nas ações de qualidade de vida. Disse que a meta é relacionada a ações feitas em conjunto com o Setor de Saúde e Coordenadoria de Gestão de Pessoas quais sejam: as corridas, caminhadas, campanhas de prevenção de doenças, suicídio, etc. Explicou que o trabalho remoto impede no momento o cumprimento da meta.

O diretor geral MANOEL PEDRO informou que o presidente do TRT 16ª Região, desembargador Américo Bedê Freire, está trabalhando no sentido de redução de custos na área de manutenção de viaturas e que isso vai gerar consequentemente uma redução de combustível. Ele informou que foi apresentada pela Diretoria uma minuta de ato normativo, que já foi publicado, que possibilita um controle mais efetivo. Orientou que para que seja consultada a Portaria sobre o controle desses gastos.

Meta 15 – CAPACITAÇÃO SOCIOAMBIENTAL. Explicou que a meta é capacitar 50% dos servidores na temática socioambiental e que essas atividades podem ser realizadas em conjunto com a Escola Judicial ou promoção de reuniões. Disse que esta variável não possui registro de acompanhamento mensal. E ressaltou que é necessário conscientizar os servidores para o TRT 16 possa alcançar essas metas.

Após a apresentação abriu para perguntas. No final do relatório, o juiz auxiliar da Presidência MANOEL JOAQUIM NETO explicou sobre a diferença entre trabalho remoto e teletrabalho.

O diretor geral MANOEL PEDRO disse que conhece o perfil de Daniel de longos anos, parabenizou pelo trabalho e disse que imaginava que apresentasse um trabalho desse nível. Registrou que teve um grande avanço em relação ao Setor Médico. Tiveram muitas ações. Citou a vacinação contra a gripe ocorrida no primeiro semestre e registro a testagem do COVID-19 que, embora tenha sido no segundo semestre, mas serve de exemplo para demonstrar as ações que estão sendo realizadas. Sugeriu colocar teletrabalho/remoto quando fizer referência ao termo. Parabenizou Jorselins Rodrigues Barbosa pela forma eficiente como registrou a questão do leilão.

Foi dada a palavra ao chefe da Coordenadoria de Gestão Estratégica e Estatística, MARCOS PIRES, que parabenizou Daniel pelo excelente trabalho e colocou à disposição a equipe da Gestão Estratégica. Explicou a necessidade de acompanhamento conjunto pelas duas unidades por se tratarem de dados que também interferem nos indicadores nacionais do planejamento estratégico. Deu como exemplo o índice de 2019 que foi comparado a 2017 em relação a 2017. Disse que se o Tribunal não tiver tido um desempenho muito bom em 2017, acaba sendo posicionado no ranking entre os últimos. Justificou que foi o que aconteceu com o TRT 16 no ano de 2019. Resumiu dizendo que, além de cumprir a meta, o Tribunal tem que apresentar um desempenho melhor que nos anos anteriores e ter um desempenho melhor em relação aos outros Tribunais. Colocou-se mais uma vez à disposição para trabalhar com a unidade Socioambiental e a Diretoria Geral e as demais unidades do Tribunal em busca da melhoria desses índices.

O juiz auxiliar da Presidência MANOEL JOQUIM NETO abriu a palavra considerações finais. DANIEL solicitou o registro da ata pela chefe do Setor de Comunicação Social EDVÂNIA KÁTIA SOUSA SILVA, vez que a mesma é secretária-substituta, e a produção de matéria jornalística. DANIEL ficou de enviar os quadros da apresentação para o e-mail da Ascom.

JOSELIN pediu a palavra, mas por questões técnicas não foi possível fazer suas considerações.

MARCOS PIRES informa que pode contribuir no contato com a empresa concessionária de energia elétrica. MANOEL PEDRO agradeceu e solicitou que seja feito contato com a Secretaria Administrativa.

O juiz MANOEL JOAQUIM agradeceu a participação de todos. Disse que a apresentação foi por demais esclarecedora e que todos gostaram muito. Que já era de se esperar, conforme havia registrado MANOEL PEDRO. Disse que DANIEL é servidor de excelente qualidade e o Tribunal fica muito satisfeito por tê-lo à frente da unidade Socioambiental. Disse ainda, com relação à Presidência, que o Presidente do TRT, desembargador Américo Bedê Freire e toda a equipe da Presidência estão à disposição de vocês para que for necessário.

Nada mais havendo a declarar, deu-ser por encerrado a presente reunião.

Eu Edvânia Kátia Sousa Silva, Secretário Substituto da Comissão Gestora do PLS do TRT16, lavrei a presente ata que, depois de lida e achada conforme, vai assinada apenas pelo Secretário, uma vez que a mesma foi

realizada à distância, em virtude das medidas protetivas adotadas pelo TRT16, como forma de proteção contra o CORONAVIRUS.

**DANIEL LEITE GUIMARÃES**

Secretário da Comissão Gestora do Plano de Logística  
Sustentável do TRT 16ª Região